

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
Equipe de licitação ALFA/SUPEL/RO

PREGÃO SRP Nº 225/2022

CONTRARRAZÃO ao recurso administrativo da Empresa PAPEX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

A Lituânia Comércio de Mercadorias em Geral Ltda - ME, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ 12.132.240/0001-29, por meio de seu representante legal, vem interpor o presente CONTRARRAZÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões que passa a expor.

Requer-se, desde já o recebimento das presentes contrarrazões de recurso, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência.

Prezados(as) senhores(as), em seu RECURSO, a recorrente, proteladamente, alega que houve um mero erro de digitação em sua proposta, e que a mesma atende ao exigido, porém tais argumentos são inaceitáveis, pois, foi realizada a oferta de um produto inferior ao exigido, conforme passaremos a expor.

Primeiramente, iremos expor as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência em relação ao processador, a memória RAM e a bateria exigida:

"9. Processador com no mínimo 4 núcleos e 6 threads de 2.8Ghz ou superior, com memória CACHE mínima de 12MB, quad-core;"

"10. Memória RAM mínima instalada de 16GB DDR4 dual channel de 3200MHz, com possibilidade de expansão para até 32GB;"

"17. Bateria com mínimo de 4 células;"

Pois bem, com as informações expostas, abordaremos agora as especificações técnicas do produto ofertado pela recorrente, que não atende ao exigido no Termo de Referência, pois apresenta especificações técnicas inferiores, de forma que o desatendimento ao exigido, que levou a sua desclassificação, não se trará apenas na memória RAM com capacidade inferior.

Em relação ao processador equipado no produto ofertado, conforme informa a recorrente, se trata do modelo Intel Core i7-1165G7, que apresenta frequência base de 1.20GHz, portanto inferior ao exigido, que é 2.8GHz. Pode ainda ser a especificação técnica comprovada via link da fabricante: <https://ark.intel.com/content/www/br/pt/ark/products/208662/intel-core-i71165g7-processor-12m-cache-up-to-4-70-ghz.html>

Em relação a memória RAM, de forma incontestável, foi ofertada a capacidade de 8GB, e não se trata de um mero erro, haja vista a informação constar nas proposta que formam publicadas por mais de uma vez pela recorrente, de forma que firmou sua proposta, com a manutenção da descrição em todas as vezes que houve possibilidade de comprovar o atendimento, e ainda, em sua proposta, além de definir a capacidade de 8GB de memória RAM, informa o modelo do produto que possui a capacidade de 8GB, portanto inferior ao exigido.

Além disso, se tratando da memória RAM do produto ofertado, a mesma não é inferior somente em capacidade, possui também frequência inferior à exigida, conforme pode ser comprovado nos links disponibilizados pela própria recorrente em seu recurso. O Termo de Referência, conforme expomos anteriormente, exige memória RAM com frequência de 3200MHz, já o produto ofertado pela recorrente, conforme comprovado nos links enviados, apresenta frequência de memória RAM de 2666MHz, se mostrando novamente inferior ao exigido.

<https://www.samsung.com/br/computers/notebook/notebook-plus2-i7-8gb-256gb-np550xda-ku1br/>
<https://www.ifontech.com.br/notebook-samsung-book-i7-1165g7-8gb-256gb-ssd-1tb-2gb-geoforce-mx450-w11-pro-np550xda-xu2br>

Com isso, fica claro que a recorrente não atende ao exigido quanto a memória RAM, provando que seu argumento em relação a erro de digitação não se sustenta, uma vez que o modelo ofertado nem mesmo possui capacidade de 16GB instalado, além de possuir frequência inferior ao exigido.

O produto ofertado se mostra inferior também na bateria, pois, os notebooks da fabricante Samsung são equipados com bateria de 3 células, que são inferiores ao exigido. A exigência do Termo de Referência em relação a bateria é bem clara, sendo o exigido "Bateria com mínimo de 4 células", que inclusive foi questionado nos pedidos de esclarecimento, com a resposta firme e precisa quanto ao atendimento a exigência, portanto o produto também é inferior na especificação técnica referente a bateria ofertada.

Os argumentos da recorrente não se sustentam, quando comprovada a inferioridade do produto ofertado, fato que certamente já foi avaliado por vossas senhorias, por este motivo não devem ser considerados os argumentos da recorrente, que apresentam caráter protelatório em decorrência de sua sucumbência.

Ainda para deixar destacados os desatendimentos, iremos dispor a seguir as especificações técnicas exigidas no

Termo de Referência e as especificações técnicas ofertadas pela recorrente:

Exigido no Termo de Referência: Processador 2.8GHz >>> Ofertado pela recorrente: Processador 1.2GHz base;
Exigido no Termo de Referência: Memória RAM 16GB DDR4 3200Mhz >>> Ofertado pela recorrente: Memória RAM 8GB DDR4 2666MHz;
Exigido no Termo de Referência: Bateria 4 células >>> Ofertado pela recorrente: Bateria 3 células.

Ressaltamos também, que descrevemos a especificação técnica do equipamento em nossa proposta, a qual atende plenamente ao exigido no Termo de Referência do Edital, de forma que o produto a ser entregue atenda satisfatoriamente ao setor requisitante, por conter as especificações técnicas exigidas e que se mostra a proposta mais vantajosa para a administração pública. Nossa proposta está de acordo com as exigências, descrevendo as especificações do equipamento ofertado, que foi analisada e julgada com maestria por vossas senhorias, onde se mostra a proposta mais vantajosa, a qual traz maior economicidade para a Administração pública e se encontra dentro da legalidade.

DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

De acordo com o professor Gasparini, Diógenes são duas finalidades na licitação: Primeiro, visa selecionar a proposta mais vantajosa, que traga os maiores benefícios financeiros aos órgãos licitantes. E em segundo lugar oferecer igual tratamento aos que desejam participar do processo, conforme expresso no art. 3º da L8666/93.

Desta maneira não pode prosperar de forma alguma o recurso apresentado pela empresa recorrente, pois, pode se dizer que a recorrente manifestou recurso por sucumbência, a qual a levou a atos que tumultuam o andamento do processo, com argumentos equivocados, que conforme nossa análise exposta, se mostraram totalmente inaceitáveis, se tratando de um pleito ilegítimo, com a oferta de um produto inferior ao exigido.

DOS PEDIDOS

Frente a toda a argumentação acima esposada é que se requer:

Diante ao exposto, tendo em vista que nossa proposta atendeu a todos os requisitos exigidos no processo licitatório, bem como ante a apresentação de proposta mais vantajosa apresentada, continue para as demais fases, não obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito da recorrente no que tange a reanálise e aceite de sua proposta, sendo que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou diploma editalício;

E, diante de todo o exposto requer a V. Sas. o conhecimento da presente contrarrazão, para julgá-la totalmente procedente, dando, assim, continuidade ao procedimento, seguindo à adjudicação do contrato à empresa, respeitando o princípio da economicidade;

Caso o(a) Douto(a) Pregoeiro(a) opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes termos que pede e aguarda deferimento;

Cordialmente,

Lituânia Comércio de Mercadorias em Geral Ltda - ME
São Paulo/SP, 8 de setembro de 2022.

Fechar